

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Águas de Itapema S.A.
Itapema - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Águas de Itapema S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Águas de Itapema S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade normal dos negócios

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 12.127 mil. A Administração da Companhia está empenhada no sentido de reverter a situação. Conforme Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, a Companhia menciona os seus planos de viabilização futura, que depende da concretização dos eventos futuros previstos. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios considerando o cumprimento de suas obrigações e realização de ativos ou a manutenção do suporte financeiro de seus acionistas e credores, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e transações relevantes com partes relacionadas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia, sendo que os resultados poderiam ter sido diferentes, caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 12 de abril de 2016.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2015	2014		Notas	2015	2014
Circulante		7.015	5.460	Circulante		19.142	21.355
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.296	135	Empréstimos e financiamentos	11	12.068	13.990
Contas a receber de clientes	4	2.748	3.388	Fornecedores	12	2.170	2.094
Demais contas a receber	5	784	1.937	Obrigações sociais e trabalhistas	13	775	1.138
Estoques	6	2.187		Obrigações fiscais e parcelamentos	14	2.247	4.088
				Demais contas a pagar		75	45
				Dividendos a pagar	16.3	1.807	
Não circulante		85.450	85.581	Não circulante		63.262	67.553
Títulos e valores mobiliários	7	3.981	3.405	Empréstimos e financiamentos	11	35.046	41.037
Partes relacionadas	10	166	166	Partes relacionadas	10	20.118	19.397
Imobilizado	8	185	215	Obrigações fiscais e parcelamentos	14	6.497	4.713
Intangível	9	81.118	81.795	Provisão para contingências	15	1.601	2.406
				Patrimônio líquido	16	10.061	2.133
				Capital social		4.049	4.049
				Reservas de lucros		6.012	211
				Prejuízos acumulados			(2.127)
Total do ativo		92.465	91.041	Total do passivo e patrimônio líquido		92.465	91.041

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2015	2014
Receita líquida dos serviços prestados	17	37.098	40.549
Custo dos serviços prestados	18	(14.603)	(23.497)
Lucro bruto		22.495	17.052
Despesas (receitas) operacionais		(11.924)	(15.036)
Despesas gerais e administrativas	19	(3.592)	(4.281)
Despesas com vendas	20	(1.538)	(2.272)
Despesas tributárias		-	(111)
Outras despesas e receitas operacionais	21	1.298	2.176
Resultado financeiro	22	(8.092)	(10.548)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		10.571	2.016
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro		(836)	(1.090)
Corrente	23	(836)	(1.090)
Lucro líquido do exercício		9.735	926
Lucro por ação - Reais		2,4043	0,2287

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	9.735	926
Total do resultado abrangente do exercício	9.735	926

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.049	211		(3.053)	1.207
Lucro do exercício	-	-		926	926
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.049	211	-	(2.127)	2.133
Lucro do exercício	-	-	9.735		9.735
Destinação do resultado do exercício:					
- Compensação de prejuízos acumulados			(2.127)	2.127	-
- Constituição reserva legal		380	(380)		
- Dividendos propostos			(1.807)		(1.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.049	591	5.421	-	10.061

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	9.735	926
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	4.702	4.702
Provisão(Reversão) de contingências	(804)	(1.987)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	7.146	9.991
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários	(438)	(240)
Perdas (reversão de perdas) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	1.142	1.925
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber	(503)	(1.459)
Outras contas do ativo	(1.172)	753
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	76	(1.205)
Obrigações fiscais e parcelamentos	(57)	2.604
Obrigações sociais e trabalhistas	(363)	335
Demais contas a pagar	30	(60)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	19.494	16.285
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(3.995)	(14.703)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.995)	(14.703)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Terceiros:		
Empréstimos e financiamentos	(15.059)	(13.151)
Acionistas e partes relacionadas:		
Partes relacionadas	721	11.122
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(14.338)	(2.029)
Aumento líquido (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.161	(447)
Caixa e equivalente de caixa		
Início do exercício	135	582
Final do exercício	1.296	135

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Águas de Itapema (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil com sede a Av. Marginal Leste, 5, na cidade de Itapema. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de Julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme contrato de prorrogação de prazo firmado em 04/12/2015. Com a prorrogação contratual a Companhia juntamente com a Prefeitura Municipal assinou aditivo contratual que prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504 milhões nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais. O sistema de água receberá aporte de R\$ 149,9 milhões, e o de esgoto, R\$ 353,9 milhões. Para o sistema de água estão previstos o aumento da reservação de água bruta e de água tratada, implantação de novas adutoras e redes de distribuição, aumento da capacidade de tratamento de água nas estações, substituição de hidrômetros, controle de perdas, entre outros, com o objetivo de garantir o abastecimento de água nas temporadas de veraneio. A Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

1.1. Planos da Administração

Conforme previsto pela Administração, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou lucro líquido, porém, apresentou capital circulante líquido negativo em decorrência dos investimentos necessários para atendimento aos usuários, demandando aporte dos acionistas.

A Administração, com base em estimativas do retorno de seus investimentos e a implantação da tarifa justa definida no reequilíbrio contratual, prevê melhorias em seus resultados e reforço de caixa ao longo de 2016.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, como o aumento de sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações. Estas medidas incluem, entre outras:

- a) Readequação de suas obrigações estratégicas de investimento;
- b) Foco na continuidade ao plano de redução de custos e despesas.

O sucesso dessas medidas é essencial para permitir que a sociedade continue honrando os compromissos já assumidos com os fornecedores e instituições financeiras.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis em 11 de abril de 2016.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação, comercialização, custos e despesas, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir são aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

2.4.1. Divulgação de informações por segmento

As receitas da Companhia findo no exercício de 31 de dezembro de 2015 se concentraram nas tarifas cobradas sobre o consumo de água, tratamento de esgoto e serviços relacionados à concessão no município de Itapema, no estado de Santa Catarina.

2.4.2. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

▪ Receitas

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao consumidor. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

▪ **Receitas e despesas financeiras**

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.4.3. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem “caixa e equivalentes de caixa”, “títulos e valores mobiliários”, “contas a receber de clientes”, “demais contas a receber”, “empréstimos e financiamentos”, “fornecedores”, “demais contas a pagar”, “Partes Relacionadas” e Obrigações Fiscais e Sociais”. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

a) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de “*impairment*” para esses instrumentos financeiros.

2.4.4. Ativo circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “Contas a Receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a entidade e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados a custo no momento do seu reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados a custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável “*impairment*”, quando aplicável.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Companhia, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas serão revertidos automaticamente ao Serviço de Água e Esgoto do Município sem qualquer retorno financeiro para a Companhia.

A amortização do intangível está sendo realizada de forma linear, de acordo com o prazo de vigência da concessão, conforme previsto no contrato de concessão.

Perda no valor recuperável “*impairment*”

Na data de cada encerramento anual das demonstrações contábeis, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo “*impairment*”.

2.4.5. Passivo circulante e não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A companhia opta pelo lucro presumido aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida em cada trimestre, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo do imposto e contribuição em cada trimestre determinado pelo regime de competência.

Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

2.4.6. Ajustes a Valor Presente (AVP)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita nos respectivos ativos e passivos, e se relevante, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

2.4.7. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

b) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

c) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 R1 (IAS 11 (R)) e CPC 30 R1 (IAS 18 (R)). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

2.4.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o não reconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil)

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- * IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- * Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- * Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- * Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	292	135
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	1.004	-
	<u><u>1.296</u></u>	<u><u>135</u></u>

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2015 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI.

4. Contas a receber

4.1. Composição

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contas a receber - Consumidores	5.837	8.200
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.089)	(4.812)
	<u><u>2.748</u></u>	<u><u>3.388</u></u>

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre a distribuição de água tratada e serviços de rede de esgoto no Município de Itapema - Santa Catarina, em regime de concessão.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Composição das contas a receber por vencimento

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Faturado		
A vencer	1.921	2.341
Vencidos até 30 dias	526	540
Vencidos de 31 até 60 dias	111	191
Vencidos de 61 até 180 dias	190	316
Vencidos há mais de 181 dias	3.089	4.812
	<u>5.837</u>	<u>8.200</u>

4.3. Movimentação das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos iniciais	4.812	2.887
Baixa (*)	(2.865)	-
Créditos provisionados no exercício	1.142	1.925
Saldos finais	<u>3.089</u>	<u>4.812</u>

Através de análises de crédito e históricos de recebimentos, a Administração da Companhia decidiu constituir provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa de títulos inadimplentes há mais de 180 dias.

(*)Foram identificados saldos considerados incobráveis pela Administração da Companhia no montante de R\$ 2.865 mil. Tais saldos foram baixados no exercício de 2015.

5. Demais contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos Judiciais	30	374
Adiantamento a fornecedores (a)	695	1.547
Outras contas a receber	59	16
Total de outras contas a receber	<u>784</u>	<u>1.937</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Valores classificados como adiantamentos a fornecedores referentes a prestadores de serviços na execução dos projetos de infraestrutura e melhorias iniciadas em 2013 e com prazo de conclusão em 2016. Segue a abaixo, a composição dos fornecedores:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saneamerica		75
LMR Engenharia	659	1.461
Outros	36	11
	<u>695</u>	<u>1.547</u>

6. Estoques

Os estoques são compostos por materiais de construção e demais artefatos e insumos aplicados em reparos da rede de tratamento de esgoto e água.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Titulos e valores imobiliários	3.981	3.405
	<u>3.981</u>	<u>3.405</u>

A Companhia possui saldos de aplicações financeiras que possuem restrições quanto ao resgate imediato, pois são garantias aos contratos de empréstimos junto às instituições financeiras. Por tal motivo estão classificados no ativo não circulante.

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% de certificado de depósito bancário (CDB), com carência superior de 90 dias.

8. Imobilizado

8.1. Composição

	Vida útil (%)	2015			2014
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	73	(55)	18	21
Veículos	20	662	(662)	-	16
Computadores e periféricos	20	147	(112)	35	23
Máquinas e equipamentos	10	422	(290)	132	155
		<u>1.304</u>	<u>(1.119)</u>	<u>185</u>	<u>215</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada (impairment) foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

8.2. Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo 2014	Adições	Saldo 2015
Custo			
Móveis e utensílios	69	4	73
Veículos	662	-	662
Computadores e periféricos	125	22	147
Máquinas e equipamentos	405	17	422
	1.261	43	1.304
Depreciação acumulada			
Móveis e utensílios	(48)	(7)	(55)
Veículos	(646)	(16)	(662)
Computadores e periféricos	(102)	(10)	(112)
Máquinas e equipamentos	(250)	(40)	(290)
	(1.046)	(73)	(1.119)
	215	(30)	185

9. Intangível

9.1. Composição:

	2015			2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Intangível Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Intangível Líquido
Contrato de concessão	114.586	(33.468)	81.118	95.973	(28.837)	67.136
Obras em andamento (*)	-	-	-	14.660	-	14.659
	114.586	(33.468)	81.118	110.633	(28.837)	81.795

(*) Obras que estavam em fase de execução em 2014, as quais foram integralmente concluídas em 2015.

9.2. Descrição da concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços de abastecimento básico de água tratada e tratamento de esgoto, mediante contrato firmado com o Município de Itapema, no Estado de Santa Catarina, para realização dos serviços abastecimento de água. Compreendendo a execução de todos os investimentos e as atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e a sua comercialização, mediante a cobrança de tarifa.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prazo de concessão é de 480 meses (40 anos), contados a partir do efetivo início dos serviços concedidos, e a Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados.

A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água, de forma a possibilitar devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade do serviço prestado.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Companhia, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas serão revertidos automaticamente ao Município ao serviço de água e esgoto do Município de Itapema.

9.3. Movimentações do intangível

		2015				
		Intangível líquido inicial	Adições	Transferências	Amortização do exercício	Intangível líquido final
Contrato de concessão		67.136	3.953	14.659	(4.630)	81.118
Obras em andamento		14.659	-	(14.659)	-	-
		81.795	3.953	-	(4.630)	81.118

		2014				
		Intangível líquido inicial	Adições	Transferências	Amortização do exercício	Intangível líquido final
Contrato de concessão		60.392		11.500	(4.756)	67.136
Obras em andamento		11.374	14.785	(11.500)		14.659
		71.766	14.785	-	(4.756)	81.795

9.4. Amortizações

A amortização é realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma proporcional, coincidente com a data de finalização da concessão.

A seguir a composição das amortizações previstas e estimadas para os exercícios subsequentes:

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor da amortização prevista	
	2015	2014
2015	-	4.757
2016	2.797	4.757
2017	2.797	4.757
2018	2.797	4.757
2019	2.797	4.757
Após 2020	69.930	58.010
	81.118	81.795

Com base em um laudo técnico de empresa contratada, A Companhia reavaliou seu critério de amortização a partir de janeiro de 2014, passando a considerar as melhores estimativas de realização do ativo até o encerramento do prazo de concessão, bem como também considerando a realização de determinados ativos, quando sua vida útil é inferior ao prazo de concessão. A partir de janeiro de 2016, por conta do aditivo de contrato de prorrogação do prazo da concessão e o reequilíbrio, a Companhia continuará a amortizar seu intangível de acordo com o prazo de concessão, que se finda em 2044.

9.5. Serviços de construção

	2015	2014
Receita de construção	3.953	11.500
Custo de construção	(3.953)	(11.500)
	-	-

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relacionados a operações entre partes relacionadas decorrem de transações financeiras com a Companhia e seu acionista, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1. Composição

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo não circulante		
Consórcio Construtor Catarinense	166	166
	<u>166</u>	<u>166</u>
Passivo não circulante		
CONASA - Companhia Nacional de Saneamento	20.118	19.397
	<u>20.118</u>	<u>19.397</u>

Os saldos de parte relacionada referem-se às movimentações financeiras efetuadas entre as companhias do Grupo. As companhias tomarão ou emprestarão recursos financeiros conforme suas necessidades, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso. O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre estas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas empresas.

10.2. Remuneração dos administradores

Não houve despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014. A Companhia possui seu quadro de colaboradores dividido em vários setores, com diversas funções.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

11.2. Composição

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	2015		2014	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Capital de giro - IGPM	jun/19	10,50%	11.682	35.046	13.500	41.037
Outros Empréstimos e Financ.	nov/14	12,00%	375	-	490	-
			12.057	35.046	13.990	41.037
Arrendamentos mercantis						
FINAME	jan/17	22,00%	11	-	-	-
			11	-	-	-
			12.068	35.046	13.990	41.037

Para financiar a infraestrutura da concessão, em 2006 a Companhia captou o montante de R\$ 43.000 por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB), este empréstimo é remunerado a taxa de 10,5% a 11%, sendo uma parcela pequena das CCBs, cerca de 12% das CCBs, remuneradas à 10,50% a.a. e correção monetária indexada ao IGP-M. Em garantia ao empréstimo assumido, a Companhia constituiu, em favor do banco, penhor integral sobre todos os direitos creditícios (contas a receber de clientes), decorrentes da prestação de serviços pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto, e mantém saldos garantidores em aplicações financeiras, conforme nota explicativa 7.

11.3. Vencimento das parcelas dos empréstimos (principal e encargos)

Ano de Vencimento	2015	2014
2016	-	13.990
2017	12.068	12.516
2018	12.970	12.516
2019	12.970	12.516
Após 2019	9.106	3.489
Total	47.114	55.027

12. Fornecedores

A Companhia trabalha com diversos fornecedores dos mais variados ramos de atividades, destacando-se fornecedores de materiais e serviços de infraestrutura de saneamento, materiais hidráulicos, materiais de construção e empreiteiros no setor da construção civil. Apresentamos a seguir os saldos comparativos:

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores	2.170	2.094
	<u>2.170</u>	<u>2.094</u>

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
INSS a recolher	248	553
FGTS a recolher	95	137
Salários a pagar	121	156
Provisão de férias	285	286
Outras obrigações trabalhistas	26	6
	<u>775</u>	<u>1.138</u>

14. Obrigações fiscais e parcelamentos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
PIS e COFINS a recolher	374	1.287
Retenção de impostos	473	1.056
Impostos de renda e Contribuição Social	566	1.524
Parcelamento federal	834	221
	<u>2.247</u>	<u>4.088</u>
Não circulante		
Parcelamento federal	6.497	4.713
	<u>6.497</u>	<u>4.713</u>
	<u>8.744</u>	<u>8.801</u>

14.1. Parcelamento federal

Em novembro de 2010 a Companhia aderiu ao parcelamento de seus débitos fiscais relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF, junto à secretaria da Receita Federal, em 60 parcelas mensais.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de maio de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”, instituída pela Lei 11.941 de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB. Este programa permitiu o parcelamento, em 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Em 22 de Agosto de 2014, os parcelamentos mencionados nos parágrafos acima, foram incluídos ao “Refis da crise”, instituído pela Lei no 12.996 de 18 de junho de 2014 e alterado pela Medida Provisória nº 651 de 09 de julho de 2014, devido benefícios econômicos. O montante total dos débitos na data da adesão era de R\$ 6.293 e após os descontos foi de R\$ 5.211.

Considerando que a Receita Federal do Brasil divulgou aos contribuintes os débitos consolidados para fins de parcelamento, no início de agosto de 2015, os ajustes decorrentes da adesão a estes programas de parcelamento foram no montante de R\$ 334 mil e já foram registrados nestas demonstrações. A Companhia consolidou seus débitos em 25/09/2015.

15. Provisões para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, sendo que estas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.1. Composição por probabilidade de perda

Probabilidade de Perda	2015			
	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	-	1.601	-	1.601
Possível	1.449	613	679	2.741
Total	1.449	2.214	679	4.342

(a) Os processos referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

Probabilidade de Perda	2014			
	Tributário	Cível	Trabalhista	Total
Provável	-	2.406	-	2.406
Possível	-	1.141	1.174	2.315
Total	-	3.547	1.174	4.721

15.2. Movimentação da provisão de contingências

	Tributário	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 2014	-	2.406	-	2.406
Baixa	-	(805)	-	(805)
Saldo em 2015	-	1.601	-	1.601

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$ 4.049, composto por 4.049 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A seguir, a composição acionária:

	2015		2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Conasa - Companhia Nacional de Saneamento	4.049	100%	4.049	100%
	4.049	100%	4.049	100%

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Reserva legal

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no período, serão destinados 5% para constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

16.3. Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.

16.4. Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados.

17. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita bruta de serviços	35.489	31.246
Cancelamentos	(1.313)	(458)
Impostos sobre serviços	(1.031)	(1.196)
Receita de construção	3.953	11.500
		(543)
	<u>37.098</u>	<u>40.549</u>

18. Custos dos serviços prestados

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custos com pessoal	(2.034)	(2.133)
Custos com materiais gerais	(707)	(904)
Custos com produtos químicos	(743)	(977)
Custos com amortização	(4.630)	(4.630)
Custos com energia elétrica	(1.012)	(796)
Demais custos de serviços prestados	(1.524)	(2.557)
Custos com construção	(3.953)	(11.500)
	<u>(14.603)</u>	<u>(23.497)</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas com pessoal	(1.280)	(1.826)
Despesas com viagem	(129)	(175)
Despesas com locação	(526)	(507)
Despesas com manutenção	(84)	(80)
Despesas com serviços de terceiros	(248)	(321)
Despesas com consultoria	(765)	(716)
Despesas com profissionais e assessorias	(393)	(495)
Despesas com depreciação	(73)	(72)
Outras despesas	(94)	(89)
	<u>(3.592)</u>	<u>(4.281)</u>

20. Despesas com vendas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Propaganda e publicidade	(369)	(299)
Comunicação	(27)	(48)
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(1.142)	(1.925)
	<u>(1.538)</u>	<u>(2.272)</u>

21. Outras despesas e receitas operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Estorno de provisão para contingências	805	1.987
Benefício econômico sobre REFIS	-	1.082
Outras despesas	(138)	(893)
Outras receitas	631	-
	<u>1.298</u>	<u>2.176</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(7.170)	(9.991)
Despesas bancárias	(223)	(311)
Juros tributários	(1.537)	(826)
	(8.930)	(11.128)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação	438	291
Multas e recebidas sobre faturamento	394	283
Desconto obtido	6	6
	838	580
	(8.092)	(10.548)

23. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de presunção, apurada conforme a legislação tributária.

24. Instrumentos financeiros

24.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria	2015		2014		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	1.296	1.296	135	135
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2.748	2.748	3.388	3.388
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	3.981	3.981	3.405	3.405
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	166	166	166	166
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	2.170	2.170	2.094	2.094
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	47.114	47.114	55.027	55.027
Partes relacionadas	Custo amortizado	20.118	20.118	19.397	19.397

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

24.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas e IGPM, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não realiza operações cambiais.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado à cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. Adicionalmente, a maturidade dos financiamentos e empréstimos é demonstrada na nota explicativa nº 11, o vencimento do saldo de fornecedores é até um ano, e não há data definida de vencimento para transações com partes relacionadas.

25. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Os contratos de seguros que a Companhia fez em 2015 e 2014 são exclusivamente para seu imobilizado como veículos e máquinas.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

* * * *